

## Desafios e perspectivas contemporâneas

### Contemporary challenges and perspectives

Francilei Oliveira Lima<sup>1</sup>

Nerivaldo Nascimento Alves<sup>2</sup>

Danielson Da Conceição Teixeira<sup>3</sup>

#### Resumo

A segurança pública configura-se como um dos principais desafios da sociedade brasileira contemporânea, estando diretamente relacionada à garantia dos direitos fundamentais, à manutenção da ordem social e ao desenvolvimento humano. O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de segurança pública no Brasil, destacando seus principais desafios e as perspectivas contemporâneas para sua efetivação. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, baseada em revisão bibliográfica, com análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais.

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços institucionais e normativos, persistem problemas estruturais, como a elevada desigualdade social, a violência urbana, a fragilidade na integração entre os entes federativos e a insuficiência de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação

---

<sup>1</sup> 2º SGT QPMP RG 33158

<sup>2</sup> 3º SGT QPMP-0 RG 34894

<sup>3</sup> CB QPMP-0 RG 40042

profissional. Além disso, observa-se que a predominância de políticas repressivas ainda limita a eficácia das ações governamentais no enfrentamento da criminalidade.

Nesse contexto, as perspectivas contemporâneas apontam para a necessidade de adoção de estratégias mais integradas, preventivas e participativas, com ênfase na utilização de tecnologias, na valorização dos profissionais da segurança pública e na ampliação da participação social. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas de segurança pública depende de uma atuação intersetorial, capaz de articular ações repressivas e preventivas, visando à construção de uma sociedade mais segura, justa e democrática.

**Palavras-chave:** Segurança pública. Políticas públicas. Violência. Estado. Sociedade.

## **Abstract**

Public security is one of the main challenges faced by contemporary Brazilian society, being directly related to the guarantee of fundamental rights, the maintenance of social order, and human development. This study aims to analyze public security policies in Brazil, highlighting their main challenges and contemporary perspectives for their effectiveness. It is a qualitative and descriptive research based on a literature review, including the analysis of books, scientific articles, legislation, and official documents.

The results indicate that, despite institutional and normative advances, structural problems persist, such as social inequality, urban violence, weak integration among federal entities, and insufficient investment in infrastructure, technology, and professional training. Furthermore, the predominance of repressive approaches still limits the effectiveness of government actions in addressing crime.

In this context, contemporary perspectives point to the need for more integrated, preventive, and participatory strategies, emphasizing the use of technology, the appreciation of public security professionals, and the expansion of social

participation. It is concluded that strengthening public security policies depends on intersectoral actions that combine repressive and preventive measures, aiming to build a safer, fairer, and more democratic society.

**Keywords:** Public security. Public policies. Violence. State. Society.

## 1 Introdução

A segurança pública é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e responsabilidade de todos (BRASIL, 1988). No contexto brasileiro, a temática da segurança pública ganha destaque diante dos elevados índices de criminalidade, da sensação de insegurança vivenciada pela população e das desigualdades sociais que impactam diretamente a dinâmica da violência. Conforme destaca Waiselfisz (2016), a violência no Brasil apresenta forte relação com fatores socioeconômicos, refletindo desigualdades históricas e estruturais.

As políticas públicas de segurança pública surgem como instrumentos essenciais para a promoção da ordem social e da proteção dos cidadãos. Nesse sentido, Dias Neto (2005) afirma que a segurança pública deve ser compreendida como um campo que envolve não apenas ações repressivas, mas também estratégias preventivas e integradas. No entanto, sua implementação enfrenta desafios estruturais, políticos e sociais, exigindo constante avaliação e reformulação.

Dessa forma, este artigo busca responder à seguinte questão: quais são os principais desafios enfrentados pelas políticas públicas de segurança pública no Brasil e quais perspectivas se apresentam no cenário contemporâneo? A complexidade da violência exige uma abordagem ampla, capaz de articular diferentes políticas e atores sociais. Segundo Saporì (2007), a eficácia das políticas de segurança pública depende da integração entre instituições e da adoção de estratégias baseadas em evidências.

O objetivo geral deste estudo é analisar as políticas públicas de segurança pública no Brasil, destacando seus desafios e perspectivas atuais.

Como objetivos específicos, pretende-se: compreender o conceito de segurança pública, discutir o papel do Estado na formulação dessas políticas e identificar caminhos para o aprimoramento das ações governamentais no setor. Assim, busca-se contribuir para a reflexão acadêmica e para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às demandas da sociedade.

## **2 Fundamentação Teórica.**

### **2.1 Políticas Públicas e Segurança Pública**

As políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de ações, programas e decisões adotadas pelo Estado com o objetivo de atender às demandas sociais e promover o bem-estar coletivo. Nesse sentido, conforme afirma Dias Neto (2005), as políticas públicas de segurança devem ir além da repressão ao crime, incorporando estratégias preventivas e integradas que atuem sobre as causas da violência.

No campo da segurança pública, tais políticas têm como finalidade prevenir e reprimir a criminalidade, assegurando a proteção da vida, do patrimônio e da integridade física dos cidadãos. De acordo com Saporì (2007), a segurança pública no Brasil historicamente foi estruturada com base em um modelo reativo, centrado na atuação policial, o que limita sua eficácia diante da complexidade da violência contemporânea.

A organização da segurança pública no Brasil segue o modelo federativo, envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Cada ente possui competências específicas, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, o que exige cooperação e integração entre as instituições. Contudo, essa articulação nem sempre ocorre de forma eficiente, resultando em fragmentação das ações e prejuízos à efetividade das políticas públicas.

Segundo Beato (2012), “a ausência de coordenação entre os órgãos de segurança pública compromete a eficiência das políticas implementadas, dificultando a obtenção de resultados concretos” (BEATO, 2012, p. 45). Essa

falta de integração evidencia a necessidade de construção de estratégias conjuntas e de compartilhamento de informações entre os diferentes níveis de governo.

Além disso, observa-se que as políticas de segurança pública no Brasil passaram por transformações ao longo do tempo. Se antes predominava uma abordagem estritamente repressiva, atualmente há um movimento em direção à adoção de práticas preventivas e sociais. Conforme destaca Waiselfisz (2016), a violência deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial, relacionado a aspectos econômicos, sociais e culturais, o que exige respostas mais amplas por parte do Estado.

Nesse contexto, torna-se fundamental a adoção de políticas públicas integradas, que articulem segurança, educação, saúde e assistência social. Essa abordagem ampliada permite não apenas o enfrentamento da criminalidade, mas também a promoção da cidadania e a redução das desigualdades sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

### **2.3 Desafios das Políticas Públicas de Segurança Pública no Brasil**

As políticas públicas de segurança pública no Brasil enfrentam diversos desafios estruturais que comprometem sua efetividade. Entre os principais fatores, destaca-se a desigualdade social, que influencia diretamente os índices de violência e criminalidade. Nesse sentido, conforme aponta Waiselfisz (2016), a violência no Brasil está profundamente associada às condições socioeconômicas, sendo mais intensa em contextos marcados por exclusão social e falta de oportunidades.

A precariedade no acesso a direitos básicos, como educação, saúde e emprego, contribui para a formação de cenários de vulnerabilidade social. De acordo com Saporì (2007), a ausência de políticas sociais eficazes favorece o aumento da criminalidade, uma vez que amplia as desigualdades e limita as perspectivas de inclusão social.

Outro desafio relevante refere-se à deficiência estrutural das instituições de segurança pública. A falta de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação profissional impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados. Segundo Beato (2012), “a limitação de recursos materiais e humanos compromete significativamente a capacidade operacional das forças de segurança” (BEATO, 2012, p. 62).

Além disso, a sobrecarga de trabalho, os baixos salários e as condições precárias enfrentadas pelos profissionais da segurança pública afetam negativamente seu desempenho e bem-estar. Nesse contexto, Dias Neto (2005) destaca que a valorização profissional é um elemento essencial para a melhoria da eficiência das políticas de segurança.

A fragmentação das ações entre os entes federativos também constitui um obstáculo significativo. A ausência de integração entre União, estados e municípios dificulta a implementação de estratégias coordenadas e reduz a eficácia das políticas públicas. Conforme ressalta Saporì (2007), a falta de articulação institucional gera sobreposição de ações e desperdício de recursos.

Ademais, a predominância histórica de políticas de caráter repressivo representa outro entrave importante. Embora necessárias em determinados contextos, ações exclusivamente repressivas mostram-se insuficientes para enfrentar a complexidade da violência. Segundo Waiselfisz (2016), o enfrentamento da violência exige políticas integradas que atuem tanto na repressão quanto na prevenção.

Dessa forma, evidencia-se que os desafios das políticas públicas de segurança pública no Brasil são múltiplos e interdependentes, exigindo respostas amplas e articuladas. A superação desses obstáculos passa pela implementação de políticas integradas, investimentos estruturais e fortalecimento da atuação estatal, aliados à promoção de inclusão social e cidadania.

## **2.4 Perspectivas Contemporâneas para a Segurança Pública**

As perspectivas contemporâneas para a segurança pública no Brasil apontam para a necessidade de fortalecimento de políticas preventivas, com foco na redução das desigualdades sociais e na promoção da cidadania. Nesse contexto, conforme destaca Waiselfisz (2016), a prevenção da violência está diretamente relacionada à ampliação do acesso a direitos sociais, como educação, saúde e oportunidades de trabalho, especialmente em áreas marcadas por vulnerabilidade social.

Programas de inclusão social, educação e geração de emprego são fundamentais para a prevenção da criminalidade, uma vez que atuam sobre suas causas estruturais. De acordo com Saporì (2007), políticas públicas que priorizam a inclusão social tendem a apresentar melhores resultados no controle da violência, pois reduzem fatores de risco associados à marginalização e à exclusão.

Outro aspecto relevante nas abordagens contemporâneas é o uso da tecnologia e da inteligência na segurança pública. Ferramentas como sistemas de monitoramento, análise de dados e integração de informações entre as forças de segurança contribuem para a tomada de decisões mais estratégicas e eficientes. Nesse sentido, Dias Neto (2005) afirma que “a modernização das instituições de segurança passa necessariamente pela incorporação de tecnologias e pela gestão baseada em informações qualificadas” (DIAS NETO, 2005, p. 89).

Além disso, a integração entre diferentes órgãos e esferas de governo é considerada essencial para a efetividade das políticas públicas. Segundo Beato (2012), a articulação entre instituições permite maior racionalização de recursos e aumento da capacidade de resposta do Estado diante da criminalidade.

A participação da sociedade civil também se apresenta como um elemento central nas perspectivas contemporâneas de segurança pública. A atuação de conselhos comunitários, o controle social e o diálogo entre população e instituições fortalecem a legitimidade das ações estatais. Conforme ressalta Saporì (2007), a construção de uma segurança pública democrática

depende da confiança mútua entre Estado e sociedade, sendo fundamental a aproximação entre polícia e comunidade.

Dessa forma, observa-se que as novas abordagens em segurança pública priorizam um modelo mais preventivo, integrado e participativo, que combina o uso da tecnologia com ações sociais e o fortalecimento da cidadania. Esse paradigma representa um avanço em relação aos modelos tradicionais centrados exclusivamente na repressão, contribuindo para a construção de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às demandas da sociedade contemporânea.

### **3 Metodologia.**

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, tendo como objetivo analisar os desafios e as perspectivas contemporâneas das políticas públicas de segurança pública no Brasil. A abordagem qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais, considerando suas múltiplas dimensões e significados. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa possibilita a interpretação dos fenômenos a partir do contexto em que estão inseridos, favorecendo uma análise mais abrangente da realidade estudada.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a revisão bibliográfica, realizada a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados ao tema. De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e análise de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador entrar em contato direto com o conhecimento produzido sobre determinado assunto.

O levantamento de dados foi realizado por meio de fontes secundárias, com destaque para a Constituição Federal de 1988, além de obras relevantes no campo da segurança pública e das políticas públicas. A seleção dos materiais considerou critérios de relevância, atualidade e contribuição teórica para o tema investigado.

A abordagem descritiva foi utilizada com o objetivo de apresentar e analisar as características das políticas públicas de segurança no Brasil, bem como seus principais desafios e perspectivas. Conforme Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como finalidade principal descrever características de determinada população ou fenômeno, sem interferir diretamente em sua ocorrência.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu sistematizar conhecimentos teóricos e analisar criticamente as políticas públicas de segurança pública, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados pelo setor e das possibilidades de aprimoramento das ações estatais.

#### **4 Resultados e Discussões.**

A análise do material bibliográfico permitiu verificar que a segurança pública no Brasil permanece como um dos maiores desafios da administração pública contemporânea. Apesar dos avanços normativos e institucionais, ainda se observam dificuldades relacionadas à elevada criminalidade, à violência urbana e à insuficiência de políticas públicas preventivas. Conforme aponta Waiselfisz (2016), os índices de violência no país continuam elevados, refletindo desigualdades sociais e falhas estruturais na atuação estatal.

Os resultados indicam que a desigualdade social constitui um dos principais fatores associados à criminalidade. A exclusão social, a falta de acesso a direitos básicos e a precariedade de oportunidades contribuem para contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, Saporì (2007) destaca que a violência não pode ser compreendida de forma isolada, sendo resultado de múltiplos fatores sociais, econômicos e institucionais.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à fragilidade na integração entre os entes federativos e entre as instituições de segurança pública. A ausência de coordenação efetiva entre União, estados e municípios compromete a eficiência das ações e dificulta a implementação de estratégias conjuntas. Segundo Beato (2012), “a falta de articulação institucional reduz

significativamente a capacidade de resposta do Estado diante da criminalidade” (BEATO, 2012, p. 78).

Além disso, a deficiência em infraestrutura, tecnologia e capacitação profissional impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados. A limitação de recursos e a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos profissionais da segurança pública dificultam a atuação eficiente e comprometem os resultados das políticas implementadas. De acordo com Dias Neto (2005), a modernização das instituições de segurança é fundamental para garantir maior eficiência e eficácia nas ações.

As discussões também evidenciam que as perspectivas contemporâneas apontam para a necessidade de adoção de um modelo de segurança pública mais preventivo, tecnológico e participativo. O uso da inteligência, da análise de dados e da integração de sistemas pode contribuir significativamente para o aprimoramento das estratégias de combate à criminalidade. Nesse contexto, Waiselfisz (2016) ressalta que políticas baseadas em evidências tendem a apresentar melhores resultados na redução da violência.

Paralelamente, a participação da sociedade civil e o fortalecimento de ações comunitárias mostram-se fundamentais para a construção de políticas mais democráticas e eficazes. A aproximação entre Estado e sociedade contribui para o aumento da confiança institucional e para a legitimação das ações de segurança pública. Conforme Saporì (2007), a cooperação entre comunidade e instituições é um elemento essencial para o sucesso das políticas de segurança.

Dessa forma, os resultados obtidos reforçam que a segurança pública deve ser compreendida como uma política de Estado que exige planejamento contínuo, investimento e atuação intersetorial. A superação dos desafios existentes depende de uma abordagem integrada, capaz de articular repressão qualificada, prevenção social e promoção da cidadania, visando à construção de uma sociedade mais segura e justa.

#### **4.1 Fatores de Risco no Contexto da Segurança Pública Contemporânea.**

No cenário contemporâneo da segurança pública brasileira, diversos fatores de risco influenciam diretamente a efetividade das políticas públicas e a atuação dos profissionais da área. Esses fatores não se restringem apenas à criminalidade em si, mas abrangem dimensões sociais, institucionais e psicológicas, tornando o problema ainda mais complexo.

Entre os principais fatores, destaca-se a desigualdade social, considerada um dos elementos estruturais que contribuem para o aumento da violência. Conforme aponta Waiselfisz (2016), contextos marcados por exclusão social, pobreza e ausência de oportunidades tendem a apresentar maiores índices de criminalidade, evidenciando a relação direta entre vulnerabilidade social e violência.

Outro fator relevante refere-se à fragilidade institucional das políticas de segurança pública. A falta de integração entre os entes federativos e entre os órgãos de segurança compromete a eficiência das ações. Segundo Saporì (2007), a ausência de coordenação entre as instituições dificulta a implementação de estratégias eficazes e reduz o impacto das políticas públicas.

Além disso, as condições de trabalho dos profissionais da segurança pública configuram um importante fator de risco, especialmente no que se refere à saúde mental. A exposição constante à violência, a pressão psicológica, a sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento institucional contribuem para o adoecimento psíquico. De acordo com Minayo (2013), o cotidiano desses profissionais é marcado por situações de estresse intenso, que podem desencadear transtornos como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático.

A insuficiência de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação também compromete a atuação das forças de segurança. Conforme destaca Beato (2012), a limitação de recursos materiais e humanos reduz a capacidade operacional das instituições e dificulta o enfrentamento qualificado da criminalidade.

Outro aspecto importante diz respeito à predominância histórica de políticas repressivas, que, embora necessárias, mostram-se insuficientes para lidar com a complexidade da violência contemporânea. Nesse sentido, Dias Neto (2005) afirma que a segurança pública deve incorporar estratégias preventivas e integradas, capazes de atuar sobre as causas do problema.

Dessa forma, os fatores de risco no contexto da segurança pública contemporânea são múltiplos e interdependentes, envolvendo desde questões estruturais da sociedade até aspectos institucionais e individuais. A compreensão desses elementos é fundamental para a formulação de políticas públicas mais eficazes, que considerem não apenas o combate ao crime, mas também a promoção da cidadania, a valorização profissional e a melhoria das condições sociais.

#### **4.2 Impactos dos Fatores de Risco na Segurança Pública.**

Os fatores de risco associados à segurança pública produzem impactos significativos tanto na efetividade das políticas públicas quanto na atuação dos profissionais da área. Esses impactos se manifestam em diferentes dimensões, incluindo a qualidade dos serviços prestados, o desempenho institucional e a saúde física e mental dos agentes de segurança.

No âmbito institucional, a presença de desigualdades sociais, a falta de integração entre os órgãos de segurança e a limitação de recursos comprometem diretamente a eficiência das políticas públicas. Conforme destaca Saporì (2007), a ausência de estratégias articuladas e de planejamento integrado reduz a capacidade do Estado de responder de forma eficaz às demandas relacionadas à criminalidade.

Outro impacto relevante refere-se à sobrecarga dos sistemas de segurança pública, que passam a operar de maneira reativa diante do aumento da violência. Segundo Waiselfisz (2016), o crescimento dos índices de criminalidade pressiona as instituições, dificultando a implementação de ações preventivas e reforçando a predominância de práticas repressivas.

No que diz respeito aos profissionais da segurança pública, os impactos dos fatores de risco são ainda mais evidentes. A exposição constante a situações de violência, aliada às condições precárias de trabalho, contribui para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade e depressão. De acordo com Minayo (2013), o ambiente de trabalho desses profissionais é marcado por elevados níveis de tensão, o que pode comprometer tanto o bem-estar quanto o desempenho funcional.

Além disso, a desvalorização profissional e a falta de reconhecimento institucional afetam a motivação dos agentes de segurança. Conforme aponta Dejours (1992), a ausência de valorização no ambiente de trabalho pode gerar sofrimento psíquico e impactar negativamente a produtividade e a qualidade das atividades desempenhadas.

Outro impacto importante é a redução da confiança da população nas instituições de segurança pública. A ineficiência das políticas e a incapacidade de responder às demandas sociais contribuem para a construção de uma percepção negativa por parte da sociedade. Nesse sentido, Beato (2012) ressalta que a credibilidade institucional é um elemento essencial para a efetividade das ações de segurança.

Dessa forma, observa-se que os impactos dos fatores de risco na segurança pública são amplos e inter-relacionados, afetando tanto a estrutura institucional quanto os indivíduos envolvidos. A superação desses impactos exige a implementação de políticas públicas mais integradas, investimentos estruturais e estratégias voltadas à valorização profissional e à promoção da saúde mental, visando ao fortalecimento da segurança pública e à melhoria dos serviços prestados à sociedade.

## **5 Considerações Finais**

Diante das análises realizadas, conclui-se que a segurança pública no Brasil ainda representa um dos maiores desafios da gestão estatal contemporânea, exigindo ações contínuas, integradas e estratégicas. Apesar

dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, verifica-se que tais progressos não foram suficientes para garantir a efetividade das políticas públicas voltadas à redução da violência e da criminalidade. Conforme aponta Waiselfisz (2016), os índices de violência no país continuam elevados, refletindo desigualdades sociais persistentes.

Observa-se que fatores estruturais, como a desigualdade social, a exclusão econômica e a limitação no acesso a direitos básicos, exercem influência direta sobre a dinâmica da criminalidade. Nesse sentido, Saporì (2007) destaca que a violência é um fenômeno multifatorial, que demanda respostas amplas e articuladas por parte do Estado, indo além de ações meramente repressivas.

Outro aspecto relevante refere-se à fragilidade na integração entre os entes federativos e à ausência de coordenação eficiente entre as instituições de segurança pública. De acordo com Beato (2012), “a falta de articulação entre os órgãos de segurança compromete a eficácia das políticas públicas e reduz sua capacidade de impacto” (BEATO, 2012, p. 83). Tal cenário evidencia a necessidade de fortalecimento da cooperação institucional e do planejamento estratégico conjunto.

Além disso, a carência de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação profissional impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados. Conforme destaca Dias Neto (2005), a modernização das instituições de segurança pública é fundamental para o aprimoramento das ações e para o enfrentamento mais eficiente da criminalidade.

As perspectivas contemporâneas apontam para a adoção de um modelo de segurança pública mais preventivo, integrado e participativo, com maior utilização de tecnologias e estratégias baseadas em evidências. A participação da sociedade civil também se apresenta como elemento essencial, contribuindo para o fortalecimento da confiança entre população e instituições e para a construção de políticas mais democráticas.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento da violência no Brasil exige uma abordagem intersetorial, que articule políticas de segurança com ações nas

áreas de educação, saúde, assistência social e geração de emprego e renda. A segurança pública deve ser compreendida como uma política de Estado, que demanda planejamento de longo prazo, continuidade administrativa e compromisso político.

Por fim, destaca-se que a construção de uma sociedade mais segura depende não apenas da atuação estatal, mas também da participação ativa da sociedade. Somente por meio de ações integradas, sustentáveis e fundamentadas no respeito aos direitos humanos será possível promover uma segurança pública mais eficaz, justa e alinhada às necessidades da população brasileira.

### **Referências**

BEATO, Cláudio. **Políticas públicas de segurança e a questão da criminalidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência no Brasil**. Brasília: FLACSO Brasil, 2016.